

*Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade,
assimilação e conflito**

NARA MARIA CARLOS DE SANTANA
CEFET-RJ / Unidade Petrópolis

Resumo: O presente trabalho apresenta uma breve história da colonização alemã no Brasil e analisa os conflitos no interior das comunidades germânicas em formação no sul do país bem como o contato inicial destas com o modelo de nação alemã e seus conflitos interétnicos e com a comunidade brasileira. Aqui, não se pretende dar conta de um fenômeno como o da imigração alemã e suas colônias, visto a heterogeneidade interna dos grupos e o espaço destinado a essa discussão. Neste sentido, este trabalho visa entender o processo de criação da identidade deste grupo de colonos frente à sociedade brasileira de maneira geral. A história destes imigrantes foi caracterizada por uma série de conflitos. Alguns destes conflitos eram de ordem nacionalista e racista.

Palavras-Chave: Colônia Alemã; História; Conflito.

Abstract: This paper presents a brief history of German colonization in Brazil and analyzes the conflicts within the German community in training in the South and the initial contact with the model of German nation and its inter-ethnic conflicts and the Brazilian community. Here, it is not intended to give account of a phenomenon as of German immigration and its colonies, seen the internal heterogeneity of the groups and the space destined to this quarrel. In this direction, this work aims in a generalized manner to understand the process of creation of the identity of this group of colonists front to the Brazilian society. The story of these immigrants was characterized by a series of conflicts. Some of these conflicts were of nationalistic and racist order.

Keywords: German Colony; History; Conflict.

Adeus, ó pátria,
partimos para outras
plagas.
Partimos para o Brasil.
Só as dívidas deixamos
aqui.

Procuramos novas
paragens
Onde há ouro como areia.
Hurra, Hurra.
Breve chegaremos ao
Brasil.
(WILLEMS, 1980, p. 59)

Aspectos da colonização alemã no Brasil

A história da colônia germânica no Brasil, do século XIX aos primeiros anos do século XX, tem sido dividida em três grandes períodos que diferenciam os grupos de imigrantes entre si. O primeiro período se dá em 1824 com a chegada de famílias de agricultores e camponeses. O segundo grupo chega ao país em meados do século XIX, com o fracasso das revoluções de 1848 e 1849. Seus integrantes eram militantes liberais e representantes da intelectualidade de alguns estados alemães e da Áustria, que haviam partido em busca de novas perspectivas no Novo Mundo. Neste segundo grupo, podemos incluir também a chegada de turmas de reimigrantes na década de 70. Este grupo teve uma participação especial nos movimentos e aspirações dos demais imigrantes, por terem conhecido o processo de nacionalização alemã. A terceira leva de imigrantes é composta de artesãos e operários forçados a sair da Europa em razão das crises do começo do século.¹ Mesmo que vindos de estados diferentes, estes imigrantes tinham em comum a identidade germânica. Contudo, apesar das suas inclinações funcionais e intelectuais, estes grupos eram diferentes também na sua condição de alemães, fosse pelo lugar de origem, fosse pelo momento histórico original ou mesmo pelo grau de inserção na sociedade brasileira. Foram exatamente estas peculiaridades que acabaram por determinar as convergências e os conflitos dentro da própria comunidade alemã, quando junto aos brasileiros.

Segundo Willems (1980), a primeira leva de imigrantes vinha das aldeias prussianas, formada por comunidades coesas, mais ou menos auto-suficientes e resistentes a culturas e influências externas ao seu grupo. Possuíam também uma organização social bastante fechada, de modelo patriarcal e mentalidade tradicionalista. Todas estas características acabaram por ser reproduzidas na organização social e econômica destas colônias primitivas. Dado o isolamento geográfico da área destinada à colonização, os

imigrantes distribuíram-se em sítios isolados e aldeamentos, e, mesmo quando próximos da cidade, mantinham-se separados do restante da sociedade. (SEITENFUS, 1985, p. 71)

O segundo grupo de imigrantes era formado pelos chamados 1848.er Kinder (filhos de 1848), e tinha um perfil diferente dos primeiros colonos. O fracasso das revoluções de 1848 e 1849 fez com que muitos militantes liberais de estados alemães e da Áustria fugissem para o Brasil e aqui logo fossem reconhecidos como elite pela comunidade germânica. Apesar da identidade comum, eram heterogêneos como grupo e dividiam-se entre conservadores e liberais.

O terceiro grupo já não possuía mais as características agrícolas dos primeiros e deixou a Alemanha devido à crise do pós-guerra.² Seus membros eram intelectuais pertencentes a vários segmentos da sociedade: uma burguesia proletarizada de oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, artífices e operários qualificados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores, agricultores e ainda elementos vindos das colônias africanas (WILLEMS, 1980, p. 60/1)

O papel do Estado no processo de colonização foi fundamental para o incremento destes movimentos. Num primeiro momento, o interesse do Estado imperial na imigração européia daquele período corresponde a uma necessidade de colonização de terras, uma preocupação com a integridade territorial. A partir daí, o imigrante alemão ou italiano foi considerado agricultor ou “colono” e assim ficou conhecido no país. Ainda hoje, esta identidade se mantém nas regiões de colonização intensa destes grupos.

A colonização estrangeira, em seus primeiros tempos era dirigida exclusivamente pelo Estado, interessado no aumento da produção agrícola, na ocupação do território e ainda no incremento da mão-de-obra qualificada para a incipiente indústria local. Por outro lado, na Europa do início do século XIX, a migração tornou-se uma maneira de a população, também influenciada por agentes estrangeiros, fugir das dificuldades de subsistência provocadas pelas fracas colheitas e pelos altos impostos dos pequenos estados.

A colonização alemã no Brasil teve início em 1824, com a criação da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do Governo imperial. Começou com a doação de um lote de 70 hectares para cada

imigrante, além de ferramentas agrícolas, sementes e pagamento de subsídios em numerário, extintos a partir de 1830, devido a discussões parlamentares preocupadas com o avanço e o perigo da colonização alemã e sua influência cultural no país (MAGALHÃES, 1993, p. 300) O crescimento das empresas privadas de colonização, com companhias e proprietários individuais, mesmo após as restrições oficiais, trouxeram para o país seis mil teutos, que se instalaram em São Leopoldo. Os números de 1820 a 1937 registram um total de 222.951 imigrantes. Uma comparação entre as fontes pesquisadas aponta para a existência de um total de imigrantes entre 700 mil e 900 mil de origem alemã.

Algumas sociedades colonizadoras particulares foram responsáveis pela entrada de grandes grupos de alemães no Brasil. Dois exemplos foram a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, responsável pela chegada de 17.408 colonos a Joinville, de 1850 a 1888, e a *Norddeutsche Lloyd* de Bremen, maior companhia transatlântica da Alemanha, responsável pela entrada de 47 mil pessoas a partir de 1890 (MAGALHÃES, 1993, p. 300)

No Brasil, três quartos da população de origem alemã instalou-se no extremo Sul, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul abrigou mais de 50% deste total e Santa Catarina, 20%. Os outros estados com uma expressiva imigração teuta foram Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo *Seitenfus*, o incentivo ao processo de imigração estrangeira para o país, com a propaganda maciça fez com que o Brasil abrigasse o segundo maior contingente de imigrantes alemães nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos (SEITENFUS, 1985, p. 47)

Processos de assimilação, nacionalização e conflito

A diferença de padrões culturais entre a primeira leva de imigrantes, que chegou até meados do século XIX, e do grupo posterior foi um dos fatores mais marcantes na conformação e definição das expectativas dos imigrantes alemães em relação ao país de acolhida, assim como a relação que estas duas levas antagônicas mantiveram com os demais grupos locais.

O primeiro grupo de imigrantes das primeiras décadas do século XIX era em sua maioria, composto de pessoas advindas das camadas mais baixas da população rural, súditos prussianos que haviam vivido a experiência da servidão, possuidores de um nível educacional relativamente baixo. Ao chegarem ao Brasil, encontram o sistema escravocrata e latifundiário. O

contato com a sociedade local, em geral, e com o caboclo, em particular, não foi dos melhores. O imigrante, apesar de seu baixo nível educacional, encontra no Brasil uma das culturas regionais mais simples da América, e isto acaba por revelar no imigrante um sentimento de superioridade e desprezo pelo nativo caboclo, a quem considera indolente, supersticioso e atrasado. Logo, definiu-se uma relação que permaneceria ao longo de todo o processo de colonização, mais tarde legitimado pela própria elite nacional e que perdura até os dias de hoje, representado por movimentos separatistas ou neonazistas.

Mas este reconhecimento não afetou o colono alemão em relação à população local, junto à qual conseguira conquistar o status de superioridade, adquirido graças à sua dedicação ao trabalho e à autovalorização do mesmo. Verifica-se, já neste momento, a formação de uma concepção de superioridade baseada em dois pressupostos: a raça e o trabalho.

Ao contrário do pensamento que circularia a partir de meados do século XIX, entre a elite intelectual brasileira, sobre a superioridade racial branca, importada de intelectuais europeus, a noção de superioridade desta primeira comunidade de alemães surge do convívio imediato, do conflito de interesses e, provavelmente, de um preconceito preexistente do desconhecido, mas acaba sendo reforçada pelos próprios nativos. O choque das diferenças contribuiu para supervalorizar este elemento rígido e trabalhador. Começa a se desenvolver uma concepção que vigora desde então na sociedade brasileira, a do elemento branco trabalhador em oposição ao nativo considerado indolente e preguiçoso. Apesar da legitimação da superioridade germânica em relação aos nativos ser conflituosa, verificamos que a relação do primeiro grupo de imigrantes com o grupo dos pioneiros e fugitivos de 1848, ou *Brummer* como eram conhecidos, que chegaram ao Brasil por volta de 1851 era ainda mais difícil.

O relacionamento dos *Brummer* com os primeiros imigrantes não foi naturalmente tranquilo. Eram vistos como homens da cidade e intelectuais, cuja fala era talvez tão incompreensível quanto a língua portuguesa. Diferenciavam-se gradativamente uns dos outros também pelo poder aquisitivo e, logo, por uma maior capacidade de integração na esfera pública local. Em que pese tais diferenças, logo se tornaram representantes deste grupo,

como bem exemplifica o papel desempenhado por homens como *Karl von Koseritz*, em Porto Alegre, e *Ottokar Dörffel*, em Joinville. O primeiro foi jornalista, editor, deputado estadual e representante de vários interesses relativos à questão fundiária entre os camponeses de origem teuta. O segundo, fundador do jornal *Kolonie*, primeiro periódico de língua alemã no Brasil, foi ainda o primeiro prefeito da cidade (AMADO, 1978, p. 303)

Por ser um grupo mais politizado, o grupo recém chegado foi pouco a pouco se impondo aos antigos colonos. A influência que obteve começou a ser sentida na vida pública. A colônia alemã desenvolveu, a partir deste contato, uma vida comunitária mais intensa, com o investimento numa vida associativa e o nascimento da imprensa alemã. Este intercâmbio entre os colonos antigos e os novos fará com que o processo de aculturação dos imigrados alemães torne-se mais lento e os contatos com a velha pátria, feita através dos intelectuais, se acentue. Neste período, os imigrantes aumentaram sua participação na vida política local, fundando associações, como as *schützenvereine* (sociedade de tiro), para protegerem suas colônias, criaram também escolas, igrejas e estabelecimentos de lazer (bar, venda e cervejaria). Organizaram, ainda, conselhos comunitários, para arbitrar sobre conflitos internos da província. (AMADO, 1978, p. 303)

Os imigrantes alemães habitantes da zona rural mantiveram-se, nas últimas décadas do século XIX, isolados espacialmente do resto da sociedade brasileira, impedidos também pelo desconhecimento ou pouco conhecimento do Português. Os imigrantes urbanos integraram-se à sociedade local, a despeito das diferenças e dos conflitos culturais. Se por um lado, ainda havia uma divisão interna entre os imigrantes alemães, entre os imigrantes e os brasileiros, por outro lado, isso não impediu que a comunidade teuta como um todo se considerasse de brasileiros autênticos, com tantos direitos quanto os lusos (WILLEMS, 1980, p. 165) Finalmente, o grupo de alemães vindos a partir de 1870 deu uma nova configuração àquela comunidade. Chegaram ao país, trabalhadores que já haviam se tornado cidadãos do *Reich* da Alemanha unificada.

Paralelamente, o projeto imigrantista no Brasil e sua propaganda no exterior, oficial ou de empresas, feita geralmente através de correspondência, foi responsável pelo incremento do número de imigrantes, que, no último terço do século XIX, foi quantitativamente mais relevante do que o do

período anterior. Neste novo grupo de alemães - que reuniu inclusive remigrantes - vieram membros de movimentos protestantes preocupados com uma missão evangelizadora e divulgadora da doutrina pietista. Os objetivos religiosos convergiam com o protestantismo nacionalista ou nacionalismo protestante, que via nos alemães estabelecidos na América Latina uma espécie de “ovelhas” a serem evangelizadas em favor destes interesses. (MAGALHÃES, 1993, p. 23)

No momento da chegada deste novo grupo de membros da Alemanha unificada e conhecedores do nacionalismo, o grupo de alemães que aqui se encontrava antes de 1870, os *brummer*, já estava relativamente aclimatado e, como foi dito anteriormente, se consideravam tão brasileiros quanto os lusos, apesar de suas reconhecidas diferenças. Porém, a chegada dos *Reichdeutsche* (alemães do império) inicia um novo conflito no interior da comunidade alemã. Os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) eram vistos pelos *reichdeutsche* como assimilados, ignorantes e bêbados, enquanto estes eram vistos pelos teutos como excessivamente apegados à região de origem, eruditos e que falavam o alto alemão, o que dificultava o entendimento com os primeiros grupos, que falavam diversos dialetos.

O conflito se estendia no âmbito religioso. Com relação aos costumes religiosos, os primeiros pastores eram eleitos pelas comunidades e os novos “se colocavam como autoridades comprometidas apenas com a Igreja Alemã, provocando inúmeras resistências por parte dos colonos”. A assimilação religiosa dos primeiros grupos foi o principal responsável pelos problemas entre estes. O que havia sido um dos principais elementos para a assimilação dos teutos, a religião, neste momento passou a ser motivo de divergência.³

Um terceiro elemento contribuía para acentuar o conflito. O contato do protestante com a cultura católica teve conseqüências diretas para esta comunidade. A possibilidade do status e do reconhecimento social por adesão à comunidade católica, por exemplo, fez com que alguns alemães se convertessem, adotando, inclusive, comportamentos típicos deste grupo.⁴

Com o tempo, a perda de elementos da cultura religiosa foi se acentuando, principalmente nas comunidades isoladas. O teuto-brasileiro, interessado em integrar-se e conquistar status na sociedade brasileira, adotou elementos da religião local, além de assimilar alguns aspectos lingüísticos.⁵ Em oposição a esta assimilação, a chegada da Igreja Evangélica Alemã marca

o renascimento de valores no interior da comunidade teuta. O protestantismo germânico caracteriza-se pela fusão de elementos religiosos e de valores considerados sagrados, entre eles, a língua alemã.⁶

A mistura da língua não foi resultado exclusivo da convivência religiosa. A historiografia aponta que a influência do meio físico diferenciado e a heterogeneidade da própria comunidade teuta, assim como os contatos entre dialetos, foram também fatores importantes e que tiveram como resultado a criação de novas palavras com recursos de sua língua de origem e a adoção de termos usados por grupos étnicos vizinhos. Outro fator a ser destacado foi a ausência de um idioma padrão que contribuiu para a mistura do linguajar utilizado pelos colonos.

A vinculação da religião com a língua foi apenas um dos aspectos de que Willems (1980) chama de “complexo étnico-religioso”, característico do protestantismo alemão, atrelado também aos conceitos de *deutschum* (germanidade) ou *volkestum*, que carregam concepções ideológicas e morais em relação ao Estado Alemão, mas que, ainda assim, foram anteriores ao nacionalismo alemão. O resultado da fusão igreja, língua e nacionalismo foi o surgimento da chamada “consciência germânica” nos alemães do Brasil. Para parte da colônia germânica, a Igreja Evangélica Alemã do Brasil só poderá cumprir a missão se for, conscientemente, igreja nacional alemã.

A reconquista da população de origem alemã, feita pela Igreja Evangélica, foi resultado, entre outras coisas, da notícia da Alemanha unificada e do renascimento do orgulho racial, trazida pelas idéias nacionalistas, pelos evangelizadores, o que reanimou e conquistou os liberais que saíram da Alemanha após o movimento de 1848.

O resultado do fortalecimento das idéias nacionalistas e da unificação da comunidade germânica foi a penetração do pangermanismo no Brasil.⁷ A partir da década de 90 do século XIX, o movimento pangermanista se organiza com ambições políticas em torno da Liga Pan-Germânica (*Alldeutschen Verband*) na forma de um nacionalismo étnico. A Liga Pan-Germânica atraiu nacionalistas alemães, inclusive intelectuais, como Max Weber, Haeckele e Theodor Fischer, ou simplesmente militantes nacionalistas, foram atraídos pelo nacionalismo.

Contavam ainda com o apoio de outras entidades, entre elas a *Deutsche Kolonialgesellschaft* (Sociedade Alemã Colonial) e a *Verein für das Deutschum im Ausland* (liga pela germanidade no exterior) - VDA, que mantinha um departamento denominado *Allgemeinen Deutschen*

Schulverein (Liga das Escolas Alemãs) – ADS
(MAGALHÃES, 1993, p. 130).

Além dos órgãos acima citados, os pangermanistas contavam com o apoio de alguns partidos políticos, por exemplo, *Deutsche Nationale Volkspartei* (Partido Popular Nacional Alemão). O pangermanismo tinha por objetivos a divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade; união integral da germanidade em todo o mundo; campanha em favor da germanidade no exterior; e luta contra as minorias nacionais (MAGALHÃES, 1993, p. 131).

O pangermanismo no século XX apresenta outras metas, como a exigência de estender os direitos de cidadania aos alemães no exterior, sob argumentos baseados no princípio do *jus sanguinis*. A 22 de julho de 1913, é promulgada, na Alemanha, uma lei conhecida como *Reich-und Staatsangehörigkeitsgesetz*, que garantia aos alemães naturalizados em outros países, a manutenção da nacionalidade alemã. Esta lei beneficiava também, no caso do Brasil, os filhos de alemães no país, que passariam por esta legislação, a serem considerados cidadãos alemães *jure sanguinis*, e brasileiros de acordo com as leis brasileiras, *jure soli* (COHEN, 1988, p. 23).

Um dos resultados imediatos desta legislação foi à restrição ao direito de cidadania a outras etnias residentes no país, o que reforçava também o anti-semitismo e as propagandas imperialistas.

Quando a Primeira Guerra Mundial foi declarada na Europa, um anúncio, no jornal *Deutsche Zeitung*, em 1914, convocou os reservistas residentes no Brasil a retornarem imediatamente a seu país e apresentarem-se em seu distrito militar. Nos cultos protestantes, eram feitas orações em favor do imperador e pela vitória da Alemanha, intercedendo-se ainda pelos soldados, parentes e amigos da terra natal (MAGALHÃES, 1993, p. 132).

No Brasil, as idéias pangermanistas receberam apoio de várias entidades. Os periódicos editados em língua alemã foram importantes na divulgação do movimento no interior da comunidade germânica, entre eles, o *Urwaldsbote*, de Blumenau, que passou a receber apoio financeiro da liga.

Outras entidades também participaram apoiando o pangermanismo e divulgando-o. Uma das principais foi a VDA, que auxiliava as escolas particulares, preparando as crianças e os jovens para o pangermanismo do futuro. A VDA financiava construções, doava equipamentos e livros didáticos e enviava professores formados na Alemanha para integrarem os quadros docentes destes colégios (SEYFERT, 1981, p. 69)

O *Urwaldsbote* era o jornal mais radical de língua alemã do Sul do Brasil e era também combatido pela imprensa em língua portuguesa no Estado de Santa Catarina. Este jornal divulgava ideais favoráveis ao isolamento dos teutos brasileiros, ao pangermanismo, às atividades de bugreiros, à oficialização da língua alemã. Era contrário aos casamentos inter-étnicos, às instituições republicanas e à política nacional.

O jornal teve uma relativa influência no interior da comunidade teuta, e acabou por fundar um partido político em 1901, a *Volksverein* (União Popular). Divulgador da ideologia pangermânica, o periódico obteve a adesão de vários blumenauenses, simpatizantes deste movimento.

Segundo Seyfert (1981), outro periódico de grande penetração popular era o *Blumenau Zeitung*, considerado moderado se comparado ao *Urwaldsbote* e que difundia, inclusive, idéias contrárias à Liga Pan-Germânica no início do século. Mais tarde, revelou-se simpatizante e defensor dos ideais nazistas e integralistas nos anos 1930 no Brasil. Curiosamente, o *Urwaldsbote*, radical a favor dos ideais pangermanistas, manteve-se prudente em relação ao nazismo.

A respeito das contribuições financeiras feitas pela VDA às escolas, o financiamento concedido ao material didático pode ser considerado relevante se levarmos em conta, principalmente, o seu aspecto literário. A literatura pangermanista acompanhava a formação de crianças e jovens, fornecendo a estes uma instrução que tinha como principais pontos preceitos nacionais-étnicos. Além de financiar o movimento pangermanista e seus jornais, a VDA criou uma entidade conhecida como *Zentrallstelle für die Forschung des Deutschtums im Ausland* (Central de Pesquisa da Germanidade no Exterior) - ZDA. A central era um órgão que subsidiava programas de pesquisa que apoiavam a emigração e fomentava a cultura pangermânica no exterior.

A presença do pangermanismo foi o prenúncio do fortalecimento do nacionalismo em uma parcela da comunidade germânica. O século XX presenciou o avanço deste fenômeno pela presença do nazismo no Brasil. A ideologia nazista começou a influenciar parte do pensamento da colônia

alemã no país já no início dos anos 1920, pela *Volksbund für das Deutschum im Ausland* (órgão de imprensa desses colonos) e com a entrada dos novos imigrantes – entre estes membros do partido na Alemanha. No início dos anos 1930, o nazismo no país institucionalizou-se, formalizando, assim, a sua atuação no país com a fundação da *Ausland Organization* (AO – Organização do Exterior), em 1931, e do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP- Partido Nacional Socialista Operário Alemão), no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Os colonos alemães que até os anos 1930 vivenciaram um conflito no interior de suas colônias e um isolamento com relação aos brasileiros, passam a viver uma repressão do Estado brasileiro no que se refere às manifestações do nacionalismo germânico. A proposta de construção do Estado Nacional no Brasil do período de Vargas pretendeu acabar com a descentralização do poder e concretizar um projeto de “uniformização” e consolidação de uma identidade nacional. Vários aspectos caracterizaram esse período e inviabilizaram a presença de manifestações de grupos nacionalistas estrangeiros. Dentre estes aspectos temos a valorização da figura do líder, a participação de intelectuais, o ataque às chamadas “ideologias alienígenas” e a preocupação com a fixação da língua e da cultura. Neste período se inicia a afirmação de uma identidade nacional, na qual os colonos alemães de alguma maneira serão assimilados.

Considerações finais

No Brasil, 20 mil teuto-brasileiros foram identificados como pangermanistas em 1900, número que aumentou até a Primeira Guerra. Em todo o país, os principais focos de transmissão do pensamento pangermanista foram a imprensa, as escolas, as associações e a Igreja.

O Estado alemão renovado pelo nacionalismo oferecia aos germânicos um modelo de disciplina, ordem e progresso, complementado pela ideia de uma raça homogênea. Com esta proposta de nação a Alemanha nazista negava aos estrangeiros o direito à cidadania, ao mesmo tempo em que recebia os alemães residentes em outros territórios como cidadãos do Reich. Esta realidade aproximava os teutos, na medida em que dirimia os

conflitos interétnicos, igualando-os em importância para o Estado alemão e conferindo pertencimento a todos de sangue alemão.

Paralelamente ao período em que a Liga Pan-Germânica intensificou sua atuação nas zonas de colonização alemã, surge no Brasil um forte ideário nacionalista, defensor de uma maior integração regional e preocupado com a formação de um povo identificado com os interesses do país. Uma nacionalização que se pretendeu - apesar das peculiaridades - também de ordem, progresso e ainda homogeneizante.

Os colonos agrícolas do começo do século XIX, instalados em sua maioria no sul do país, já haviam formado comunidades muito coesas, relativamente auto-suficientes, pouco receptivas às influências externas (COHEN, 1988, p. 20).

Todas estas circunstâncias fizeram com que o pangermanismo se desenvolvesse como resultado do isolamento e da não-assimilação sócio-cultural. Os elementos fundamentais do pangermanismo podem ser entendidos como relata Seyferth (1981), pelo:

(...) uso cotidiano do idioma de origem inclusive nas escolas particulares (religiosas ou leigas), as instituições beneficentes (...), recreativas e culturais, publicações destinadas aos membros da comunidade, além de elementos distintivos qualificados como tradição e costume, refletidos nos hábitos alimentares, na arquitetura, nas práticas religiosas etc.

A identidade étnica forjada no interior destas sociedades pelo pangermanismo começou a se difundir, como já foi citado, a partir de 1890 em parte da imprensa teuto-brasileira. A ideia de germanidade transmitida por esta imprensa, pelas escolas, na família e nas instituições, principalmente agremiações, preservadas pelos teuto-brasileiros, pode ser considerada a semente do germanismo transformada em nazismo, ou o “Ovo da Serpente”.⁸

A redução do conflito interno da colônia alemã acontece paralelamente à construção do nacionalismo brasileiro, fomentando com isso, um novo conflito. A construção da identidade brasileira, que destaca a assimilação e a miscigenação como formas de se chegar à unidade e ao progresso acaba por definir as diversas colônias instaladas no país como minorias, mais tarde, inclusive, dificultando o acesso à cidadania destes grupos.

Os ideários nacionalistas difundidos pelas elites intelectuais brasileiras eram antagônicos aos principais postulados propostos pela Liga Pan-Germânica. A principal questão é a territorial, que entra em conflito com o projeto germânico da *Grossdeutschland* para a América do Sul.

As diferenças entre os postulados nacionalistas brasileiros e as proposições pangermanistas continuam acentuando-se até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A problemática aumenta na medida em que a manutenção da língua alemã e o cultivo às tradições e ao sentimento patriótico continuam sendo o eixo da germanidade ou do *deutschtum*, que adquire, ao longo do tempo, o mesmo sentimento.

Referências

- AMADO, Janaína. *Conflito Social no Brasil: a revolta dos Mucker*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- COHEN, Ester. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. Niterói: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade Federal Fluminense, 1988.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo – desde 1870*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- MAGALHÃES, Marionildes Brepohl de. *Alemanha, mãe-pátria distante*. Utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese de doutorado. Departamento de História (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1998.
- SANTANA, Nara Maria Carlos de. *Associações Nazistas no Brasil (1938-1945)*. Niterói (RJ): dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1999.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1988.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 29 de agosto de 2010 e aprovado para publicação em 25 de setembro de 2010.

¹ Esta crise foi caracterizada principalmente pela substituição do capital liberal pelo de monopólio. Neste momento, ocorre à implantação da produção de massa e a maior divisão social do trabalho, a proteção do capital e a busca de novos mercados, dando lugar à colonização imperialista. Em linhas gerais, tantas transformações geraram uma massa de desempregados e subempregados, que deixaram o seu país em busca de novas oportunidades.

² A inflação havia arruinado boa parte das classes abastadas alemães. O desemprego estimulava a emigração e tantos elementos ligados a partidos de direita, desgostosos com a vitória do regime republicano, como comunistas militantes que haviam lutado contra o governo de *Weimar*, vieram para o Brasil.

³ A assimilação como uma fase da aculturação, seria o processo mediante o qual os grupos que vivem em território comum, embora procedentes de lugares diversos, alcançam uma “solidariedade cultural”, antropológicamente falando. Ver: MARCONI, PRESOTTO, 1998: passim.

⁴ Por exemplo, a união entre Estado e Igreja Católica naquele período e a legislação daí proveniente, colocava os matrimônios protestantes no Brasil a margem da lei.

⁵ Uma característica forte é a do status elevado da mulher na família camponesa alemã, em que o marido dificilmente se subtraía contra a vontade da esposa, o que é tradicionalmente considerado cumprimento do dever religioso, ao contrário do catolicismo no Brasil, em que a mulher se ocupava da religião enquanto ao homem não é ainda hoje cobrada esta participação efetiva.

⁶ Foi a língua vernácula usada por Lutero e foi a partir dela que o reformador alemão tornou acessível à Sagrada Escritura ao povo que o seguia. Por isso, a perda da língua confere um significado quase que religioso para o alemão protestante ortodoxo.

⁷ MAGALHÃES (1993) aponta que o pan germanismo dos austríacos, foi uma forma de nacionalismo macro, que distintamente dos demais, não pressupunha a reunião das diferentes etnias, como o pan-eslavismo na Rússia, por isso surtiria maiores efeitos na Alemanha. O termo utilizado em alemão não é o *pangermanismus*, como o utilizavam, por exemplo, os escandinavos quando tratavam de estimular a cooperação econômica entre os países que enfrentavam a concorrência das demais potências, mas *Alldeutschen, Deutschum* ou *Volkstum*, cujos princípios se definiam pelos fundamentos étnicos.

⁸ “O Ovo da Serpente” é um filme do cineasta sueco Ingmar Bergman que mostra como durante os anos 20, em plena República de *Weimar*, vários aspectos que prenunciavam a ascensão do nazismo já faziam parte do cotidiano alemão, inclusive as experiências médicas com seres humanos.